

SINDICALISMO EM TEMPOS DIFÍCEIS: REFLEXÕES SOBRE A ORGANIZAÇÃO POLÍTICA DE UMA CLASSE TRABALHADORA CADA VEZ MAIS FRAGMENTADA

SYNDICALISM IN DIFFICULT TIMES: REFLECTIONS ON THE POLITICAL ORGANIZATION OF A WORKING CLASS INCREASINGLY FRAGMENTED

Mônica Duarte Cavaignac

RESUMO

O presente artigo apresenta reflexões sobre a organização política dos trabalhadores em tempos marcados por profundas mudanças no mundo do trabalho, diante das quais o movimento sindical, longe de contrapor-se radicalmente ao capital, assume uma posição defensiva e um caráter setorial frente às ofensivas do sistema, tentando resistir à crescente precarização das condições de trabalho e de vida de uma classe trabalhadora cada vez mais fragmentada. Nesse contexto, suas estratégias de resistência têm sido dificultadas tanto pelo desemprego estrutural, como pelas novas formas de (sub)contratação e intensa rotatividade da força de trabalho, submetida a um mercado desregulamentado ou regulado pelas diretrizes neoliberais.

Palavras-chave: Classe trabalhadora – Fragmentação – Movimento sindical

ABSTRACT

This article presents reflections on the political organization of the workers in a time marked by profound socio-political and economic changes, on which the trade union movement, far from opposing radically to capital, assumes a defensive position and a sectorial character to the front of the offensive system, trying to resist the increasing precariousness of working conditions and life of a working class increasingly fragmented. In this context, their strategies of resistance have been hampered both by structural unemployment and by new forms of (sub) hiring and workforce churn intense, subjected to a deregulated market or regulated by the neoliberal guidelines.

Keywords: Working class – Fragmentation – Trade union movement

INTRODUÇÃO

As mudanças ocorridas no mundo do trabalho – especialmente a partir dos anos 1970, quando se inicia um quadro de crise estrutural do capital – afetaram, conforme assinala Antunes (2000, p. 187-188), “tanto a materialidade da classe trabalhadora, a sua forma de ser, quanto a sua esfera mais propriamente subjetiva, política, ideológica, dos valores e do ideário que pautam suas ações e práticas concretas”.

Tais mudanças são decorrentes de um conjunto amplo e complexo de elementos, entre os quais o autor destaca: o vasto processo de reestruturação que o capital implementa com vistas a recuperar seu ciclo de reprodução, intensificando as transformações no processo produtivo pelo avanço tecnológico e pela constituição das formas de acumulação flexível; o desmoronamento, ao final dos anos 1980, da URSS e dos países do Leste Europeu que tentaram uma transição socialista, propagando-se a idéia do “fim do socialismo”; a acentuação do processo político e ideológico de “social-democratização da esquerda” e sua conseqüente subordinação à ordem do capital; e a forte expansão do projeto econômico, social e político neoliberal, atingindo brutalmente os direitos e as conquistas sociais dos trabalhadores (ANTUNES: 2000).

Como resultado da concorrência intercapitalista, bem como da necessidade de controlar o movimento operário e a luta de classes, as transformações no processo de produção acabam levando à “fragmentação, heterogeneização e complexificação” da classe trabalhadora, desafiando seus organismos de representação, especialmente os sindicatos, a buscarem estratégias de luta que contemplem a totalidade dos trabalhadores, profundamente atingidos pelo desemprego estrutural e pela “subproletarização” ou precarização do trabalho, decorrentes da expansão do trabalho parcial, temporário, subcontratado e terceirizado.

Este artigo apresenta reflexões acerca das estratégias de resistência, formas de consciência e de organização dos trabalhadores frente às determinações objetivas do capital, sobretudo num contexto em que profundas mudanças nas relações *de* e *no* trabalho resultam na fragmentação da classe trabalhadora e na setorialização do movimento sindical.

ESTRATÉGIAS DE RESISTÊNCIA DA CLASSE TRABALHADORA FRENTE ÀS OFENSIVAS DO CAPITAL

De acordo com Postone (2000), as lutas de classes têm-se mantido, tradicionalmente, na “crítica ao capitalismo do ponto de vista do trabalho”, em vez de avançarem na “crítica ao trabalho no capitalismo”. Dessa forma, não se questiona a produção com base no trabalho alienado, mas apenas a distribuição de renda dentro da forma de sociabilidade capitalista, deixando de lado a possibilidade de emancipação dos sujeitos reais da produção e a negação do trabalho tal como ele se constitui no capitalismo, ou seja, o trabalho abstrato, produtor de valor.

Com base na análise marxiana, o autor assinala que, se o trabalho assalariado é a base do capital, por conseguinte, a negação potencial da formação social capitalista pressupõe a negação deste tipo de trabalho. As manifestações da luta entre os trabalhadores e os representantes do capital em torno de questões relacionadas aos salários e à jornada de trabalho, por exemplo, não rompem com a estrutura do sistema do capital, mas, antes, são intrínsecas à dinâmica do capitalismo.

Não há, portanto, um *continuum* linear entre as lutas e concepções tradicionais da classe trabalhadora – geralmente restritas à esfera do consumo e a questões de justiça distributiva – e as lutas, concepções e necessidades que se apresentam para além do capital – as quais devem incluir a necessidade de uma atividade auto-realizadora, questionando a natureza do trabalho e a estrutura dos constrangimentos que caracterizam o capitalismo.

Isto sugere que uma teoria crítica ao capitalismo e a sua possível superação deve acarretar uma teoria da constituição social de tais necessidades e das formas subjacentes de consciência – uma teoria que seja capaz de se reportar às transformações qualitativas históricas ocorridas na subjetividade e de compreender os movimentos sociais nestes termos (POSTONE: 2000, p. 138).

Postone compreende que as relações sociais de produção capitalistas – fundadas no valor, no trabalho abstrato, na mercadoria e no capital – determinam tanto a materialidade, como a subjetividade dos indivíduos. É no contexto histórico dessas relações que se forma não apenas a consciência que afirma ou perpetua a ordem existente, mas também uma consciência crítica e de contraposição em relação ao respectivo contexto.

Assim, “a análise do capitalismo, enquanto uma sociedade cc aditória procura mostrar que as possibilidades para uma crítica localizada e para a pluralidade são geradas socialmente, do interior da estrutura do próprio capitalismo” (POSTONE: 2000, p. 140). A subjetividade crítica e as práticas de contraposição desempenham, desse modo,

um importante papel na possível negação do sistema do capital, apontando a possibilidade de transformação da ordem social existente.

Em sua crítica ao sistema sociometabólico do capital, Mészáros aponta a alternativa socialista radical como a única que tem “[...] condições de oferecer uma solução viável para as contradições que surgem à nossa frente. Uma alternativa hegemônica que, por não depender do objeto que nega, não se deixe restringir pela ordem existente, como sempre sucedeu no passado” (2002, p. 21).

Tanto Mészáros como Postone – autores marxistas contemporâneos – criticam os limites das lutas sociais da classe trabalhadora no interior do sistema capitalista, apontando um horizonte para além do capital. Tal horizonte, no entanto, distancia-se, cada vez mais, da consciência e das práticas daqueles que dependem do trabalho alienado para (sobre)viver, os quais, atualmente, são profundamente atingidos pelo desemprego estrutural, pela precarização das relações de trabalho e pela desregulamentação de direitos sociais e trabalhistas conquistados ao longo da história.

Diante desse quadro, o movimento sindical, longe de contrapor-se radicalmente ao capital, assume uma posição defensiva frente às ofensivas do sistema, tentando resistir à crescente degradação das condições de trabalho e de vida de uma classe cada vez mais fragmentada, cuja identificação e organização coletivas têm sido dificultadas pelas novas formas de (sub)contratação e pela intensa rotatividade de força de trabalho num mercado desregulamentado ou regulado pelas diretrizes neoliberais.

O CARÁTER SETORIAL E DEFENSIVO DO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES E A QUESTÃO DA CONSTRUÇÃO DE UMA ALTERNATIVA À SOCIABILIDADE DO CAPITAL

De acordo com Mészáros, o movimento da classe operária tem sido caracterizado, ao longo do seu desenvolvimento, pela setorialidade e pela parcialidade, afetando todos os seus aspectos, inclusive sua dimensão política. Isto não se deve, todavia, simplesmente à opção subjetiva do movimento em adotar uma estratégia errada, mas às determinações objetivas diante da “pluralidade dos capitais” e da “pluralidade do trabalho”, as quais não podem ser superadas no âmbito da reprodução sociometabólica do capital – apesar da tendência para a concentração e centralização monopolísticas do capital globalizante e de todas as tentativas para transformar o trabalho em “cúmplice dócil do capital”, em vez de seu “adversário irreconciliável” (MÉSZÁROS, 2002).

Conforme afirma este autor, ao caráter parcial e setorial do movimento operário soma-se sua “postura defensiva”, cujo aprofundamento representou um “avanço histórico paradoxal”. Paradoxal porque, mesmo sendo o “adversário estruturalmente irreconciliável” do capital, o movimento operário – por meio dos sindicatos, inicialmente, e, mais tarde, dos partidos políticos – passou a ser o seu “interlocutor racional”. Desse modo lhe foi possível, em condições favoráveis, obter algumas vantagens para determinados setores, ao ajustar suas demandas às premissas estruturais do sistema capitalista, articulando-se defensivamente como um “interlocutor constituído e regulado pelo Estado” (Idem, p. 23).

As condições favoráveis às quais Mézáros se refere são condições conjunturais, a exemplo daquelas que se devem ao desenvolvimento do Estado de bem-estar num reduzido número de países capitalistas avançados e numa determinada escala de tempo, em que se deu a reconstrução do pós-guerra e a expansão tranqüila do capital financiada pelo Estado.

Segundo o autor de *Para além do capital*, o fato de o movimento operário ter sido sempre setorial e defensivo conferiu uma “estranha forma de legitimidade ao modo de controle sociometabólico do capital”, representando a aceitação da ordem política e econômica estabelecida, como uma espécie de *autocensura*. O sistema capitalista aparece, assim, como “a estrutura necessária e pré-requisito das reivindicações que poderiam ser consideradas ‘realisticamente viáveis’ entre as apresentadas” e a “postura defensiva” apresenta-se como “a única forma legítima de solução de conflitos resultantes das reivindicações opostas dos interlocutores” (Idem, p. 24).

O fato é que, enquanto a “postura defensiva” do movimento operário continuasse a obter vantagens relativas para alguns setores da classe trabalhadora, a estrutura de regulação social capitalista não seria desafiada. Mas, com a crise estrutural a partir dos anos 1970, o capital, não tendo mais condições de oferecer ganhos significativos ao movimento operário, passa a retomar as concessões passadas, atacando as bases do Estado de bem-estar e, com elas, todas as salvaguardas legais de proteção e defesa dos trabalhadores. Desse modo,

[...]para defender o sistema diante das margens cada vez mais estreitas de viabilidade reprodutiva do capital, ignoram-se totalmente os interesses da classe operária, atendem-se os interesses vitais do capital pela manutenção da legislação autoritária anti-sindical dos últimos anos, e se apóia o poder do capital estatal na sua campanha pela informalização da força de trabalho, como ‘solução’ cínica e enganosa para o problema do desemprego (MÉSZÁROS, 2002, p.25).

Para Mészáros, as limitações setoriais e defensivas do movimento operário não podem, portanto, ser entendidas simplesmente em termos de traições pessoais, ou seja, no âmbito da subjetividade. É preciso explicar *por que* as circunstâncias o conduziram a determinadas atitudes ao longo da história. Para que tais limitações possam ser superadas no futuro, devem ser consideradas, sobretudo, as determinações objetivas da realidade, bem como as relações contraditórias de poder próprias da estrutura do sistema capitalista¹. Neste sentido, o desafio dos movimentos sociais radicais é “articular na ação não apenas a necessária negação do que aí está, mas também a dimensão positiva de uma *alternativa hegemônica*” (Idem, p. 33).

O autor indica a possibilidade de enfrentar este desafio por meio de um movimento socialista radical, fazendo quatro grandes considerações.

A primeira refere-se à incapacidade do capital de manter o controle social, uma vez que a “globalização” – saudada pelos defensores do sistema como a solução de todos os problemas –, em verdade coloca em ação forças que põem em relevo tanto a incontrolabilidade do sistema por qualquer método racional, como a incapacidade do capital de cumprir suas funções de controle como condição de sua existência e legitimação.

A segunda consideração aponta para a possibilidade histórica de superação da dependência do trabalho em relação ao capital, tendo em vista que o capital depende *absolutamente* do trabalho – o qual tem de explorar permanentemente –, ao passo que a dependência do trabalho em relação ao capital é *relativa, historicamente criada e historicamente superável*.

A terceira consideração ressalta o surgimento da questão do *controle real de uma ordem sociometabólica alternativa*, pois, pela primeira vez na história, tornou-se inviável a manutenção da lacuna mistificadora entre *metas imediatas* e *objetivos estratégicos globais*.

E, por fim, a quarta consideração do autor diz respeito ao surgimento da questão da *igualdade substantiva* em oposição à *igualdade formal* e à pronunciada *desigualdade hierárquica substantiva* dos processos de tomada de decisão do capital. Esta *igualdade substantiva* é o princípio estrutural e regulador do modo socialista

¹ “O problema fundamental é que a pluralidade setorial do movimento operário está intimamente ligada à pluralidade contraditória hierarquicamente estruturada dos capitais, seja em cada país, seja em escala mundial. Não fosse por ela, seria muito mais fácil imaginar a constituição da unidade internacional do movimento operário contra um capital unificado ou em condições de se unificar. Entretanto, dada a articulação necessariamente hierárquica e contraditória do sistema do capital, (...) a unidade internacional do capital não é viável” (MÉSZÁROS: 2002, p. 27).

alternativo de controle de uma ordem sociometabólica não-antagônica e realmente planejável (Idem, p. 33).

A construção de uma forma de sociabilidade alternativa ao capital, entretanto, não é tarefa fácil. Se a crítica ao sistema vigente deve ser a mais radical possível, a ruptura com os elementos que lhe dão sustentação requer um processo de transição repleto de mediações.

Antunes (2000) acredita que as respostas às efetivas necessidades da classe trabalhadora passam, hoje, por duas reivindicações necessárias. Em primeiro lugar, a luta pela redução da jornada de trabalho – sem redução do salário, pois, do contrário, seria precarizar o trabalho – e a conseqüente ampliação do chamado “tempo livre”, visando, no plano mais imediato, minimizar o desemprego estrutural. “À justa consigna *trabalhar menos para todos trabalharem* deve-se, entretanto, adicionar outra não menos decisiva: *produzir o quê? E para quem?*” (p. 177).

Em segundo lugar, está a luta pelo direito ao trabalho:

[...] não porque se preze e se cultue o trabalho assalariado, heterodeterminado, estranhado e fetichizado (que deve ser radicalmente eliminado com o fim do capital), mas porque estar fora do trabalho, no universo do capitalismo vigente, (...) significa uma desefetivação, des-realização e brutalização ainda maiores do que aquelas já vivenciadas pela classe-que-vive-do-trabalho² (ANTUNES, 2000, p. 177-178).

O aumento da segmentação dos mercados de trabalho e a crescente fragmentação da classe trabalhadora têm dificultado, todavia, a organização e até mesmo a identificação coletiva dos diversos segmentos de trabalhadores – empregados da indústria, do comércio e do setor de serviços, trabalhadores da economia informal, trabalhadores temporários, terceirizados, autônomos, entre outros –, que tendem a defender interesses setoriais, restritos a determinadas categorias e contra determinados representantes do capital, perdendo de vista a luta fundamental para o fim de sua exploração e opressão, isto é, a luta contra o capital e todo o sistema de mediações que lhe dão sustentação, principalmente o trabalho assalariado. Este tem sido, contraditoriamente, o principal objeto de defesa dos trabalhadores, em vez de constituir-

² Esta expressão corresponde à noção ampliada de classe trabalhadora defendida por Antunes, a qual deve incorporar o conjunto dos assalariados que vendem sua força de trabalho, incluindo desde o proletariado industrial, “aqueles que criam diretamente mais-valia e participam diretamente do processo de valorização do capital”, aos trabalhadores da chamada economia informal, os terceirizados e precarizados, além dos que estão desempregados “pela vigência da lógica destrutiva do capital” (2000, p. 102-103).

se no objeto de sua negação. Eis um desafio difícil de ser superado, e que faria toda a diferença na integração dos diversos movimentos sociais.

MUDANÇAS NO MUNDO DO TRABALHO E NO MOVIMENTO SINDICAL: DO SINDICALISMO CRÍTICO AO “NEOCORPORATIVISMO”

As novas formas de contratação impostas pela reestruturação produtiva, em resposta à crise do capital, têm um conteúdo não apenas econômico, no sentido de reduzir custos e aumentar a lucratividade, mas também um forte conteúdo político, uma vez que fragmentam a classe trabalhadora e fragilizam a capacidade organizativa dos sindicatos.

Estes últimos haviam conquistado um forte poder de pressão ao longo dos anos 1970 e início dos anos 1980, período de aprofundamento da crise do regime militar, marcado pelo crescimento da oposição política e pelo retorno da esquerda – consubstanciada na organização do Partido dos Trabalhadores (PT), em 1980; na criação da Central Única dos Trabalhadores (CUT), em 1983; e na fundação do Movimento Nacional dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), em 1985.

Nesse período, o movimento sindical caracterizou-se por um conjunto de práticas sociais que, dialogando criticamente com práticas anteriores (o “velho sindicalismo”) e buscando superar as limitações e os erros dos que vieram antes, ficou conhecido como “Novo Sindicalismo”.

De acordo com Cruz (2000), o “Novo Sindicalismo”, movimento fundado no discurso da totalidade social, resulta da forma como uma parcela da classe trabalhadora, com um grau de consciência política elevada em relação à sua base social, compreende e incorpora em sua ação política o conjunto de mudanças socioeconômicas e político-ideológicas do período, associando as reivindicações sociais dos trabalhadores por melhores condições de trabalho e de vida com lutas políticas em torno de questões mais amplas, tais como: a questão da terra e a necessidade de uma reforma agrária radical; a política econômica e o modelo de desenvolvimento adotado pelo país; o fim do regime militar e a urgência da redemocratização da sociedade brasileira. Trata-se, portanto, de um movimento determinado, objetivamente, pela situação material concreta em que se encontram os grupos sociais num certo momento da história e, subjetivamente, pela visão social de mundo dos sujeitos envolvidos.

O autor utiliza-se de interessantes metáforas para definir a perspectiva ideológica que marcou o período do “Novo Sindicalismo”, no qual as condições objetivas

em que se encontrava a classe trabalhadora lhe permitiram uma visão ampliada dos processos sociais. Este período é por ele denominado “período das venezianas abertas” ou “período da janela escancarada”. Isto é:

[...] era como se a paisagem do real houvesse sido observada pelos agentes do Novo Sindicalismo não só de um mirante superior, mas através de uma janela escancarada, por onde a luz da paisagem pudesse fruir em sua plenitude, e com uma dimensão larga o suficiente para que pudesse abarcar uma parte substancial daquela realidade que se descortinava. (CRUZ, 2000, p. 99-100).

O discurso fundador do “Novo Sindicalismo”³, orientado por uma visão de mundo que procura compreender a totalidade das relações sociais, apresenta uma imagem de classe que, embora múltipla e diferenciada, está articulada pela noção de enfrentamento coletivo das formas de dominação socioeconômica, política e ideológica do capital, propondo a construção de uma nova forma de sociabilidade, por meio da conscientização e organização política dos trabalhadores.

Conforme observa Alves (2005, p. 350),

Naquela época, predominava um sindicalismo de classe, de confronto com o capital, que ainda não tinha sido atingido pela irrupção reestruturativa. Era uma época de mobilizações operárias de massa, impulsionadas, com vigor, pela democratização política de um país capitalista que acumulava um lastro considerável de desigualdade e exclusão social e se encontrava ainda protegido, por uma série de dispositivos oriundos do padrão de industrialização substitutiva, da mundialização do capital. O mundo do trabalho ainda não havia sido avassalado pela nova ofensiva do capital na produção.

O período que se segue à redemocratização, por sua vez, não só altera a paisagem socioeconômica e política da sociedade brasileira, mas também oblitera a janela de observação da classe trabalhadora, agora uma “*janela estilhaçada*”: “Ao invés de uma luminosidade cristalina, pouco a pouco a observação é turvada por uma luz prismada pelo conjunto de transformações vivenciadas neste final de século.” (CRUZ: 2000, p. 100).

³ Tal discurso, que encontra na CUT sua expressão orgânica, é caracterizado a partir dos seguintes elementos: 1) a noção de sociedade como totalidade contraditória que combina elementos sócio-econômicos e político-ideológicos; 2) a existência de uma contradição central entre a classe trabalhadora representada pelo movimento sindical e o Estado representante do grande capital e do latifúndio (bloco dominante); 3) a estrutura jurídico-política dos sindicatos como parte da estratégia do Estado para a cooptação/ repressão do movimento organizado dos trabalhadores; 4) a necessidade e a vontade do movimento sindical de estabelecer um processo combinado de ação que permita organizar os trabalhadores em bases diferentes da estrutura sindical corporativista e enfrentar o Estado e o grande capital numa luta pela desconcentração da renda e da terra, de modo a elevar a consciência política dos trabalhadores e acumular forças sociais em direção a uma transformação socialista da sociedade brasileira. (CRUZ: 2000, p. 187-188).

As últimas décadas do século XX e o início do século XXI, com a transição global ao neoliberalismo, marcam uma conjuntura extremamente desfavorável à classe trabalhadora. O desemprego em massa, a flexibilização das formas de contratação – notadamente a terceirização –, bem como a introdução crescente de máquinas-ferramentas automatizadas nos processos produtivos, aumentam a competição individual no interior da própria classe trabalhadora e acabam por colocar na defensiva qualquer discurso baseado na unidade dos interesses e da ação dos trabalhadores. Segundo Cruz (2000, p. 119) uma palavra define as reformas neoliberais no campo do trabalho: fragmentação.

O autor observa que, na virada dos anos 1980 aos anos 1990, a classe trabalhadora urbana passa por um processo de desconstituição progressiva de sua identidade e de sua alteridade. Novas categorias de diferenciação – “empregados/ desempregados, formais/ informais, assalariados/ terceirizados/ subcontratados, qualificados/ desqualificados” – sobrepõem-se “àquelas que o Novo Sindicalismo já havia captado no mundo desigual do trabalho e que era objeto do seu discurso: urbanos/ rurais, indústria/ serviços/ profissionais liberais, brancos/ negros, homens/ mulheres. E nos interstícios da fragmentação, funciona o evangelho da competitividade.” (CRUZ: 2000, p. 145).

Diante das transformações sociais que ocorrem nesse período, o discurso fundador do “Novo Sindicalismo” aponta para um deslocamento de significados, passando “de um posicionamento claro de *denúncia/ confronto/ superação* (...) para um discurso marcado pelo tom de *análise/ cautela/ negociação*” (Idem, p. 155).

O movimento sindical, nesse contexto,

[...] abandona – ao menos temporária e parcialmente – a idéia de um sindicalismo socialista, e portanto “revolucionário”, que luta pela resolução dos problemas dos trabalhadores através de reformas na estrutura social, abraçando então a idéia de um sindicalismo que delimita sua atuação em torno das questões referentes exclusivamente à relação patrões/ empregados. (CRUZ, 2000, p. 156-157).

A crise do discurso do “Novo Sindicalismo” significa a crise de uma determinada leitura da realidade e de uma certa orientação para a ação social. Expressando uma clara perda de unidade entre luta política e luta sindical, esta crise implica a “desidentidade” e a dispersão da classe trabalhadora, cujas entidades representativas abandonam a idéia de um movimento unitário para assumirem uma posição corporativista, numa política verticalista que faz “deslizar o significado da elaboração ‘sindicato por ramos de atividade’ (que em 1986 eram: agricultura, indústria,

serviços, autônomos, profissionais liberais, funcionários públicos e inativos) para dezoito departamentos ‘por ramos de atividade’⁴.” (Idem, p. 178).

De fato, a fragmentação da classe trabalhadora não produz apenas um deslocamento discursivo do movimento sindical, mas também uma alteração substancial nas formas de organização sociopolítica dos trabalhadores, que tendem a se dividir por categorias profissionais, conforme as posições que ocupam no mercado de trabalho, as quais são cada vez mais provisórias e, por isto mesmo, dificultam a construção de referenciais de solidariedade e de identidade coletiva.

Desse modo, a crise do “Novo Sindicalismo” – a qual se expressa na perda da capacidade de organização dos sindicatos e no assujeitamento da ação coletiva da classe trabalhadora – só pode ser compreendida como um processo dialético, que, nos dizeres de Cruz (2000), resulta tanto de condicionamentos estruturais, quanto de condicionamentos superestruturais da sociedade – dados, respectivamente, pelas transformações ocorridas no mundo do trabalho e pelas alterações políticas no comportamento das entidades sindicais.

Para o autor de *A janela estilhaçada*, se o movimento sindical deseja dar respostas às aflições da classe trabalhadora em tempos de crise, ele precisa: em primeiro lugar, reafirmar o marxismo como método privilegiado de análise do capitalismo e como instrumento privilegiado da práxis do movimento operário, abandonando a visão reificada/fragmentada da realidade; em segundo lugar, produzir um discurso que aponte para a identidade daqueles que constituem o que Antunes chama de “classe-que-vive-do-trabalho” – os assalariados, os terceirizados e subcontratados, os informais, os autônomos, os desempregados e os excluídos da riqueza socialmente produzida; em terceiro lugar, identificar claramente o seu opositor, mostrando o Estado como elemento central da ação ordenadora do discurso neoliberal e propondo uma pauta conjunta para a nova “classe-que-vive-do-trabalho”; em quarto lugar, constituir-se como um sindicato único da classe trabalhadora, estruturado organicamente e unificado discursivamente, ou

⁴ “O 5º Congresso da CUT (Concut) incorpora a proposta de divisão de ramos de atividade da 5ª Plenária Nacional, que esboçou uma divisão em dezoito ramos de atividade: a) agricultura, plantações e agroindústria (rurais); b) metalurgia, metal-mecânica, siderurgia e eletroeletrônica (metalúrgicos); c) bancos, setor financeiro, seguradoras, bolsas de valores (bancários); d) química, plásticos, petroquímica, petróleo (químicos); e) indústrias têxteis, do vestuário, couro, calçados (vestuário); f) comércio e prestação de serviços (comerciários); g) educação, ensino, cultura (educação); h) saúde, seguridade, previdência social (saúde); i) administração e serviço público; j) construção civil, móveis e madeira (construção civil); k) extração e transformação mineral (mineiros); l) comunicação, jornais, emissoras, publicidade, gráficas (comunicação); n) técnicos, profissionais liberais, trabalhadores em administração e tecnologia; o) trabalhadores em indústrias urbanas de água, esgoto, gás e eletricidade (urbanitários); p) transportes aéreo, rodoviário, ferroviário, marítimo e fluvial (transportes); q) autônomos urbanos; r) inativos. (...)” (Resoluções do V Concut apud CRUZ: 2000, p. 177-178).

seja, romper com a identificação tradicional da classe trabalhadora como sendo o conjunto dos assalariados, propondo formas identitárias de organização social e até mesmo produtiva daqueles que estão fora do mercado formal (CRUZ: 2000, p. 211-213).

Mas o futuro do sindicalismo, conforme afirma Boaventura Santos (2005), é tão incerto quanto o futuro das sociedades capitalistas, e a enorme dificuldade em discutir o estado do movimento sindical é a maior prova de sua crise, a qual faz dele muito mais uma instituição do que um movimento. Segundo o autor, uma das maiores debilidades do sindicalismo tem origem no fato de que os sindicatos centram-se, prioritariamente, nas questões do emprego e do salário, limitando-se, portanto, aos trabalhadores empregados. Desse modo, tendem a desinteressar-se, por exemplo, dos desempregados e dos jovens à procura do primeiro emprego, com os quais poderiam constituir um campo imenso de solidariedade potencial.

Ademais, diante do fenômeno da mundialização do capital, a força de trabalho continua sendo essencialmente local e o movimento sindical “está sob uma dupla e contraditória pressão desestruturadora: a pressão das exigências locais e localizantes, por um lado, e a pressão das exigências transnacionais e transnacionalizantes, por outro.” (SANTOS: 2005, p. 172).

O fato é que, diante das condições objetivas impostas pelo capital – entre as quais a fragmentação da classe trabalhadora –, os sindicatos têm assumido, cada vez mais, um “caráter setorial” e uma “postura defensiva”, nos termos de Mészáros (2002).

Caráter setorial porque abrangem questões circunscritas ao universo de determinados setores de atividades ou de determinadas categorias. Postura defensiva porque encontram grandes obstáculos e dificuldades para manter sua condição de entidades representativas dos interesses dos trabalhadores, uma vez que são constantemente “boicotados” e ameaçados pelo grande capital, que inibe e reprime a participação sindical por meio da alta rotatividade, de mecanismos de coerção interna, além de perseguição às lideranças sindicais, muitas vezes “vencidas pelo cansaço”.

Exemplo emblemático dessa tendência é a situação dos atendentes de *call center*, que, frente a “nova (e radical) terceirização” (ALVES, 2005), encontram-se divididos entre os sindicatos que representam os trabalhadores dos ramos de atividade nos quais trabalham (telecomunicações, instituições financeiras, planos de saúde etc.), e

o sindicato que representa, especificamente, os operadores de *telemarketing*, independentemente do ramo de atividade em que estão inseridos⁵.

Numa verdadeira disputa territorial, tais sindicatos enfrentam o declínio da sindicalização nas últimas décadas, que, de acordo com Alves (2005), está vinculado, direta ou indiretamente, à instauração de um “novo (e precário) mundo do trabalho”, decorrente do complexo de reestruturação produtiva.

Entre as causas desse declínio, apontadas pelo autor, algumas podem ser visualizadas na realidade dos trabalhadores de *telemarketing*, tais como: mudanças na composição da força de trabalho, com a redução do número de trabalhadores ocupados nos setores industriais, de maior densidade sindical, e o aumento do número de trabalhadores ocupados nos setores de serviços, onde a mobilização sindical é historicamente mais difícil; crescimento do chamado “subproletariado tardio”, composto pelos trabalhadores precários, subcontratados (incluindo os terceirizados), por tempo parcial ou temporários, ou seja, segmentos da classe trabalhadora pouco suscetíveis à sindicalização; e a crescente participação de mulheres no mercado de trabalho, contribuindo para o declínio dos níveis de sindicalização, na medida em que a taxa de sindicalização de mulheres sempre se manteve abaixo da taxa de sindicalização dos homens (ALVES: 2005).

O declínio da sindicalização, todavia, é apenas uma das dimensões históricas da crise do sindicalismo moderno. Esta crise, além de possuir uma dimensão sócio-institucional – caracterizada pela crise de representação sindical de classe –, possui também uma dimensão político-ideológica – caracterizada pelo predomínio de estratégias sindicais neocorporativas, de caráter setorial. Trata-se da plena integração dos sindicatos à lógica mercantil, com o abandono da dimensão classista, “em prol de práticas sindicais

⁵ Durante a greve dos operadores de *telemarketing* de uma empresa do ramo de telecomunicações, ocorrida em Fortaleza, no ano de 2007, estavam presentes, em defesa da categoria, dois sindicatos: o Sinttel, Sindicato dos Trabalhadores em Telecomunicações, e o Sintratel, Sindicato dos Trabalhadores de Telemarketing, cuja criação expressa uma determinada estratégia de organização dos trabalhadores terceirizados, com o objetivo de conquistar direitos para uma categoria com interesses bastante particulares. Os participantes da greve denunciaram à sociedade a precariedade não só das relações de trabalho no *call center* – as quais envolvem a questão da subcontratação, da alta rotatividade e dos baixos salários e “benefícios” trabalhistas –, mas também das relações no trabalho – marcadas por constantes cobranças (principalmente em torno do tempo médio de atendimento, o chamado TMA), pressão psicológica, assédio moral e ameaças de demissão. Embora geralmente sejam consideradas menos importantes do que a questão salarial, as relações de exploração e de poder no local de trabalho afetam profundamente a dignidade e a qualidade de vida dos atendentes do *call center*, compondo a pauta de suas principais reivindicações no movimento grevista. Um estudo sobre a posição dos referidos sindicatos diante das novas formas de dominação do capital, como a terceirização, bem como do discurso, das concepções e das estratégias de luta sindicais ante as ofensivas empresariais, particularmente no universo dos operadores de *telemarketing* numa certa empresa de telecomunicações, encontra-se em Cavaignac (2010).

voltadas para a mera preservação de interesses de segmentos organizados do proletariado industrial (ou de serviços)” (ALVES: 2005, p. 88-89).

Tal estratégia, definida por Alves (2005) como “a miséria do neocorporativismo”, tende a promover apenas articulações verticais de categorias assalariadas dos setores da indústria ou dos serviços, em vez de articular interesses gerais da classe trabalhadora, o que acaba por reproduzir e intensificar a fragmentação da classe, fazendo com que as entidades sindicais percam seus laços com a luta pela emancipação social e econômica do trabalho.

Expressão do neocorporativismo a que se refere o autor é a formação do Sindicato dos Trabalhadores de Telemarketing – o Sintratel –, que, diante da precarização do emprego e das condições de trabalho que atinge os trabalhadores terceirizados em geral, foi criado para defender exclusivamente os interesses de uma categoria relativamente “nova” na divisão social e técnica do trabalho, mas que, por outro lado, tem sido vítima de “velhas” ofensivas do capital.

Os operadores de *telemarketing* se enquadram, assim, numa nova categoria de assalariados, definidos por Antunes e Braga (2009) como “infoproletários”, isto é, aqueles que exercem atividades originárias da implantação e desenvolvimento de novas tecnologias de comunicação e informação nos processos de produção de mercadorias e serviços nos diversos setores da economia, com forte tendência à terceirização e à degradação do trabalho.

Eles fazem parte de uma crescente massa de trabalhadores inseridos na condição que Alves (2005) caracteriza como “subproletarização tardia”, a qual nada mais é do que a nova precariedade do trabalho assalariado sob a mundialização do capital. É esta massa de subproletários que, juntamente à enorme massa de desempregados, desafia o sindicalismo contemporâneo a buscar formas de conscientização, resistência e organização da complexa e fragmentada classe trabalhadora frente ao processo de reorganização econômica e sociopolítica do capital mundializado.

O que se pode observar nos dias atuais, entretanto, é que, ao sindicalismo crítico e de contestação dos anos 1980, segue-se um “defensivismo de novo tipo” (ALVES: 2005), que assinala a rendição ideológica e política dos trabalhadores à lógica do capital.

CONCLUSÃO

A crise do sindicalismo, conforme assinala Alves (2005), significa não apenas o declínio da sindicalização, mas, principalmente, o seu recolhimento à esfera corporativista, negando-se a incorporar um “espírito generalizador” de classe e perdendo a sua dimensão de crítica à ordem do capital.

Em outras palavras, em vez de um processo de fusão, centralização e fortalecimento para se tornarem mais combativos ante as novas configurações do capital mundializado, os sindicatos vivem um processo de separação e fragmentação.

Tentando responder aos impactos de tais configurações (precarização das condições de trabalho, degradação salarial, desmonte dos direitos trabalhistas, entre outros) sobre determinados segmentos ou fragmentos da classe trabalhadora, as ações sindicais acabam legitimando o chamado “neocorporativismo”.

O movimento sindical encontra-se, assim, numa verdadeira encruzilhada, a exigir a construção de novas estratégias de resistência e de luta daqueles que dependem do trabalho para (sobre)viver. Eis uma tarefa deveras difícil, num cenário histórico marcado pelo acirramento de contradições e crises: o capital não está disposto a fazer quaisquer concessões aos trabalhadores em termos de direitos e de garantias sociais; o Estado exime-se de sua função reguladora e, ao pautar suas ações nas diretrizes neoliberais, acaba deixando os trabalhadores a mercê das regras do mercado; as entidades sindicais encontram-se fracionadas e profundamente debilitadas em seu poder de negociação; a sociedade, por sua vez, convive com a mercantilização do atendimento às demandas sociais e com a individualização das formas de enfrentamento da questão social, enfraquecendo a luta política em nome do voluntariado e da solidariedade.

Impõe-se, portanto, como exigência histórica do nosso tempo, a união da classe trabalhadora, bem como a articulação de suas lutas no campo sindical aos movimentos sociais que mobilizam diversos sujeitos nos seus diferentes embates políticos, buscando confrontar com a lógica do capital, na perspectiva de recriar caminhos de emancipação.

REFERÊNCIAS

ALVES, Giovanni. **O novo (e precário) mundo do trabalho**. Reestruturação produtiva e crise do sindicalismo. São Paulo: Boitempo, 2005.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**. Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 3ª edição. São Paulo: Boitempo, 2000.

ANTUNES, Ricardo; BRAGA, Ruy. **Infoproletários**: degradação real do trabalho virtual. São Paulo: Boitempo, 2009.

CAVAIGNAC, Mônica Duarte. **Relações de trabalho e relações no trabalho na lógica capitalista contemporânea**: um olhar sobre atendentes do *call center* de uma empresa de telecomunicações. 2010. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Sociologia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2010.

CRUZ, Antônio. **A janela estilhaçada**: a crise do discurso do novo sindicalismo. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital**. Tradução de Paulo César Castanheira e Sérgio Lessa. São Paulo: Boitempo, 2002.

POSTONE, Moishe. Repensando a crítica de Marx ao capitalismo. In: PAIVA, Jorge. **Teoria crítica radical, a superação do capitalismo e a emancipação humana**. Fortaleza- CE, Instituto Filosofia da Práxis, 2000.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Teses para a renovação do sindicalismo em Portugal, seguidas de um apelo. In: ESTANQUE, Elísio... et al. (orgs.). **Mudanças no trabalho e ação sindical**: Brasil e Portugal no contexto da transnacionalização. São Paulo: Cortez, 2005.

Sobre a autora:

Doutora em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará (UFC); Professora do Curso de Serviço Social da Universidade Estadual do Ceará (UECE) e da Faculdade Cearense (FaC).

E-mail: monicacavaignac@bol.com.br

RECEBIDO: 31.09.12

APROVADO: 21.12.12